

Curso preparatório - Concurso para Magistratura/SE

**Resolução de Questões de Direito da Criança e do Adolescente**

# Professora Nívea Gonçalves

niveap13@gmail.com



[www.facebook.com/ProfessoraNíveaGonçalves](https://www.facebook.com/ProfessoraNíveaGonçalves)

•QUESTÃO 4

•

•A medida socioeducativa de internação:

•

•**A) não pode exceder a 3 (três) meses no caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.**

•

•B) é cabível no caso de reiteração no cometimento de outras infrações, independentemente de sua natureza.

•

•C) não admite a realização de atividades externas.

•

•D) não permite a suspensão temporária de visitas.

•

•E) deve ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 3 (três) meses.

•

- *Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:*
  - *I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;*
  - *II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;*
  - *III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.*
- *§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.*

•QUESTÃO 4

•

•A medida socioeducativa de internação:

•

•A) não pode exceder a 3 (três) meses no caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

•

•**B) é cabível no caso de reiteração no cometimento de outras infrações, independentemente de sua natureza.**

•

•C) não admite a realização de atividades externas.

•

•D) não permite a suspensão temporária de visitas.

•

•E) deve ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 3 (três) meses.

•

***Atenção!***

***Só é cabível por reiteração no cometimento de outras infrações graves;  
conforme art. 122, inciso II***

•QUESTÃO 4

- 
- A medida socioeducativa de internação:
  - 
  - A) não pode exceder a 3 (três) meses no caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
  - 
  - B) é cabível no caso de reiteração no cometimento de outras infrações, independentemente de sua natureza.
  - 
  - C) não admite a realização de atividades externas.**
  - 
  - D) não permite a suspensão temporária de visitas.
  - 
  - E) deve ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 3 (três) meses.

**•Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.**

**•§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.**



#### •QUESTÃO 4

- 
- A medida socioeducativa de internação:
  - 
  - A) não pode exceder a 3 (três) meses no caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
  - 
  - B) é cabível no caso de reiteração no cometimento de outras infrações, independentemente de sua natureza.
  - 
  - C) não admite a realização de atividades externas.
  - 
  - D) não permite a suspensão temporária de visitas.**
  - 
  - E) deve ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 3 (três) meses.

***Art. 124, § 2º A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.***

#### •QUESTÃO 4

- 
- A medida socioeducativa de internação:
  - 
  - A) não pode exceder a 3 (três) meses no caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
  - 
  - B) é cabível no caso de reiteração no cometimento de outras infrações, independentemente de sua natureza.
  - 
  - C) não admite a realização de atividades externas.
  - -
  - D) não permite a suspensão temporária de visitas.
  - -
  - E) deve ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 3 (três) meses.**

***Art. 121. § 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.***

•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2010 – TJ- MS

•

•QUESTÃO 1

•

•Segundo previsão expressa na legislação federal em vigor, é dever do Estado garantir, em relação à educação:

•

•**A) oferta de salas de aula com número não superior a trinta e cinco alunos no ensino fundamental.**

•

•B) atendimento preferencial em rede própria, especializada e diferenciada, aos educandos com necessidades especiais.

•

•C) oferta de vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência para a crianças a partir dos quatro anos de idade.

•

•D) transporte escolar gratuito aos que comprovarem necessidade, ainda que matriculados na rede privada.

•

•E) gratuidade na oferta de uniformes aos educandos matriculados na rede pública de ensino fundamental e médio.

Não há um número máximo de alunos previsto em lei. O art. 25 da LDB é que estabelece parâmetros sobre o tema:

***Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.***

***Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.***

•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2010 – TJ- MS

•

•QUESTÃO 1

•

•Segundo previsão expressa na legislação federal em vigor, é dever do Estado garantir, em relação à educação:

•

•A) oferta de salas de aula com número não superior a trinta e cinco alunos no ensino fundamental.

•

•**B) atendimento preferencial em rede própria, especializada e diferenciada, aos educandos com necessidades especiais.**

•

•C) oferta de vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência para a crianças a partir dos quatro anos de idade.

•

•D) transporte escolar gratuito aos que comprovarem necessidade, ainda que matriculados na rede privada.

•

•E) gratuidade na oferta de uniformes aos educandos matriculados na rede pública de ensino fundamental e médio.

- Art. 4º da LDB:
- III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; - O DISPOSITIVO LEGAL NÃO FALA DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO.



•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2010 – TJ- MS

•

•QUESTÃO 1

•

•Segundo previsão expressa na legislação federal em vigor, é dever do Estado garantir, em relação à educação:

•

•A) oferta de salas de aula com número não superior a trinta e cinco alunos no ensino fundamental.

•

•B) atendimento preferencial em rede própria, especializada e diferenciada, aos educandos com necessidades especiais.

•

•C) oferta de vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência para a crianças a partir dos quatro anos de idade.

•

•D) transporte escolar gratuito aos que comprovarem necessidade, ainda que matriculados na rede privada.

•

•E) gratuidade na oferta de uniformes aos educandos matriculados na rede pública de ensino fundamental e médio.

- Conforme dispõe o art. 4º, inciso X, da LDB (Lei 9394/97):
- X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei 11700, de 2008).

•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2010 – TJ- MS

•

•QUESTÃO 1

•

•Segundo previsão expressa na legislação federal em vigor, é dever do Estado garantir, em relação à educação:

•

•A) oferta de salas de aula com número não superior a trinta e cinco alunos no ensino fundamental.

•

•B) atendimento preferencial em rede própria, especializada e diferenciada, aos educandos com necessidades especiais.

•

•C) oferta de vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência para a crianças a partir dos quatro anos de idade.

•

•D) transporte escolar gratuito aos que comprovarem necessidade, ainda que matriculados na rede privada.

•

•E) gratuidade na oferta de uniformes aos educandos matriculados na rede pública de ensino fundamental e médio.

- O transporte escolar é restrito aos alunos da rede estadual, e não privada, conforme estabelece o art. 10, inciso VII, da LDB:
- Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:
- VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei 10709, de 31.7.2003).

•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2010 – TJ- MS

•

•QUESTÃO 1

•

•Segundo previsão expressa na legislação federal em vigor, é dever do Estado garantir, em relação à educação:

•

•A) oferta de salas de aula com número não superior a trinta e cinco alunos no ensino fundamental.

•

•B) atendimento preferencial em rede própria, especializada e diferenciada, aos educandos com necessidades especiais.

•

•C) oferta de vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência para a crianças a partir dos quatro anos de idade.

•

•D) transporte escolar gratuito aos que comprovarem necessidade, ainda que matriculados na rede privada.

•

•E) gratuidade na oferta de uniformes aos educandos matriculados na rede pública de ensino fundamental e médio.

***Art. 4º, inciso VIII, da LDB menciona garantias de diversos benefícios, mas não uniforme,*** ainda assim apenas para o ensino fundamental público, e não ensino médio:

- **Art. 4º** O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
- VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

## •QUESTÃO 2

- 
- Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atendeu a finalidade de:
  - 
  - A) garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis.**
  - 
  - B) desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes.
  - 
  - C) democratizar o exercício do patronato, até então restrito aos financiadores da assistência filantrópica aos menores.
  - 
  - D) retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente.
  - 
  - E) profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.

**Essa não é finalidade do Conselho Tutelar!**

**É uma das diretrizes da política de atendimento, prevista no art. 88, inciso II, do ECA:**

**Art. 88. (...)**

**II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;**



## •QUESTÃO 2

- 
- Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atendeu a finalidade de:
  - 
  - A) garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis.
  - 
  - B) desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes.**
  - 
  - C) democratizar o exercício do patronato, até então restrito aos financiadores da assistência filantrópica aos menores.
  - 
  - D) retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente.
  - 
  - E) profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.

**•Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.**

## •QUESTÃO 2

- 
- Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atendeu a finalidade de:
  - 
  - A) garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis.
  - 
  - B) desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes.
  - 
  - C) democratizar o exercício do patronato, até então restrito aos financiadores da assistência filantrópica aos menores.**
  - 
  - D) retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente.
  - 
  - E) profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.

ATENÇÃO!  
Não tem previsão no ECA!

## •QUESTÃO 2

- 
- Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atendeu a finalidade de:
  - 
  - A) garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis.
  - 
  - B) desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes.
  - 
  - C) democratizar o exercício do patronato, até então restrito aos financiadores da assistência filantrópica aos menores.
  - 
  - D) retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente.**
  - 
  - E) profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.

- O Poder Judiciário não perdeu a função fiscalizatória, ECA, art. 95:
- Art. 95. As entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

## •QUESTÃO 2

- 
- Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atendeu a finalidade de:
  - 
  - A) garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis.
  - 
  - B) desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes.
  - 
  - C) democratizar o exercício do patronato, até então restrito aos financiadores da assistência filantrópica aos menores.
  - 
  - D) retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente.
  - 
  - E) profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.**

## ATENÇÃO!

- Os **Comissários de Menores** existiam no revogado Código de Menores, art. 7º, parágrafo único, que foi revogado pelo ECA. E, mesmo naquela época (1979-1990), a atividade exercida pelos Comissários não era considerada profissionalizada, vez que era exercida por voluntários. Observe-se a redação revogada:
- Art. 7º À autoridade judiciária competirá exercer diretamente, ou por intermédio de servidor efetivo ou de voluntário credenciado, fiscalização sobre o cumprimento das decisões judiciais ou determinações administrativas que houver tomado com relação à assistência, proteção e vigilância a menores.
- Parágrafo único. **A fiscalização poderá ser desempenhada por comissários voluntários**, nomeados pela autoridade judiciária, a título gratuito, dentre pessoas idôneas merecedoras de sua confiança.



### •QUESTÃO 3

- 
- O prazo máximo fixado no Estatuto da Criança e do Adolescente em benefício de adolescente privado de liberdade:
- 
- A) noventa dias para conclusão do procedimento de apuração de ato infracional se o adolescente estiver internado provisoriamente por ato praticado mediante violência ou grave ameaça em coautoria com imputável.**
- 
- B) três dias para sua apresentação ao Promotor de Justiça, contados a partir do dia de sua apreensão em flagrante.
- 
- C) dez dias para sua permanência, em seção isolada de adultos, em repartição policial, até que seja transferido para entidade exclusiva de adolescentes.
- 
- D) três meses para duração da internação aplicada por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.
- 
- E) sessenta dias para que a entidade executora da medida de internação para tratamento de toxicômano informe ao juiz sobre a evolução do caso.

**"Art. 183. O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de quarenta e cinco dias".**

### •QUESTÃO 3

- 
- O prazo máximo fixado no Estatuto da Criança e do Adolescente em benefício de adolescente privado de liberdade:
- 
- A) noventa dias para conclusão do procedimento de apuração de ato infracional se o adolescente estiver internado provisoriamente por ato praticado mediante violência ou grave ameaça em coautoria com imputável.
- 
- B) três dias para sua apresentação ao Promotor de Justiça, contados a partir do dia de sua apreensão em flagrante.**
- 
- C) dez dias para sua permanência, em seção isolada de adultos, em repartição policial, até que seja transferido para entidade exclusiva de adolescentes.
- 
- D) três meses para duração da internação aplicada por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.
- 
- E) sessenta dias para que a entidade executora da medida de internação para tratamento de toxicômano informe ao juiz sobre a evolução do caso.

**Art. 174. Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.**

**Apresentação imediata!**

### •QUESTÃO 3

- 
- O prazo máximo fixado no Estatuto da Criança e do Adolescente em benefício de adolescente privado de liberdade:
- 
- A) noventa dias para conclusão do procedimento de apuração de ato infracional se o adolescente estiver internado provisoriamente por ato praticado mediante violência ou grave ameaça em coautoria com imputável.
- 
- B) três dias para sua apresentação ao Promotor de Justiça, contados a partir do dia de sua apreensão em flagrante.
- 
- C) dez dias para sua permanência, em seção isolada de adultos, em repartição policial, até que seja transferido para entidade exclusiva de adolescentes.**
- 
- D) três meses para duração da internação aplicada por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.
- 
- E) sessenta dias para que a entidade executora da medida de internação para tratamento de toxicômano informe ao juiz sobre a evolução do caso.

**Art. 185. A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.**

**§ 2º Sendo impossível a pronta transferência, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias, sob pena de responsabilidade.**

### •QUESTÃO 3

- 
- O prazo máximo fixado no Estatuto da Criança e do Adolescente em benefício de adolescente privado de liberdade:
- 
- A) noventa dias para conclusão do procedimento de apuração de ato infracional se o adolescente estiver internado provisoriamente por ato praticado mediante violência ou grave ameaça em coautoria com imputável.
- 
- B) três dias para sua apresentação ao Promotor de Justiça, contados a partir do dia de sua apreensão em flagrante.
- 
- C) dez dias para sua permanência, em seção isolada de adultos, em repartição policial, até que seja transferido para entidade exclusiva de adolescentes.
- 
- D) três meses para duração da internação aplicada por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.**
- 
- E) sessenta dias para que a entidade executora da medida de internação para tratamento de toxicômano informe ao juiz sobre a evolução do caso.

**Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:**

**III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.**

**§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3(três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.**



### •QUESTÃO 3

- 
- O prazo máximo fixado no Estatuto da Criança e do Adolescente em benefício de adolescente privado de liberdade:
- 
- A) noventa dias para conclusão do procedimento de apuração de ato infracional se o adolescente estiver internado provisoriamente por ato praticado mediante violência ou grave ameaça em coautoria com imputável.
- 
- B) três dias para sua apresentação ao Promotor de Justiça, contados a partir do dia de sua apreensão em flagrante.
- 
- C) dez dias para sua permanência, em seção isolada de adultos, em repartição policial, até que seja transferido para entidade exclusiva de adolescentes.
- 
- D) três meses para duração da internação aplicada por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.
- 
- E) sessenta dias para que a entidade executora da medida de internação para tratamento de toxicômano informe ao juiz sobre a evolução do caso.**

**A internação para tratamento de toxicômano é medida de proteção prevista no art. 101, VI e também medida aplicável aos pais e responsáveis, conforme o artigo 129, II.**

#### •QUESTÃO 4

- 
- Conforme redação que lhe deu a Lei nº 12.010/09, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, entre outros, como princípios a serem observados na aplicação das medidas de proteção e socioeducativas:
  - 
  - A) responsabilidade primária e solidária do poder público, **completude institucional** e prevalência da família.
  - 
  - B) proporcionalidade e atualidade, obrigatoriedade da informação e intervenção precoce.**
  - 
  - C) interesse superior da criança e do adolescente, **informalidade processual**, e responsabilidade parental.
  - 
  - D) oitiva obrigatória e participação, proteção integral e prioritária e **judicialização precoce**
  - 
  - E) **acolhimento estratégico**, privacidade e intervenção mínima.
  -

•**São também princípios que regem a aplicação das medidas:**

- I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal;
- II - proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares;
- III - responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais;
- IV - interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- V - privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- VI - intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- VII - intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente;
- ***VIII - proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada;***
- IX - responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente;
- X - prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, que promovam a sua integração em família substituta;
- XI - obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei.

•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2011 – TJ- PE

•QUESTÃO 5

•

•No que concerne aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, estabelecidos na Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que:

•

•**A) não se aplicam as normas da Parte Geral do Código Penal.**

•

-

•B) são tipificadas apenas condutas comissivas.

•

•C) não há previsão de delito culposos.

•

•D) são de ação pública incondicionada.

•

•E) são sempre apenados com reclusão.

•

**Art. 226. Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.**

- JUIZ SUBSTITUTO

- FCC - 2011 – TJ- PE

- QUESTÃO 5

- - No que concerne aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, estabelecidos na Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que:

- - A) não se aplicam as normas da Parte Geral do Código Penal.

- - B) são tipificadas apenas condutas comissivas.

- - C) não há previsão de delito culposos.

- - D) são de ação pública incondicionada.

- - E) são sempre apenados com reclusão.

**Art. 225. Este Capítulo dispõe sobre crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão, sem prejuízo do disposto na legislação penal.**



- JUIZ SUBSTITUTO

- FCC - 2011 – TJ- PE

- QUESTÃO 5

- - No que concerne aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, estabelecidos na Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que:

- - A) não se aplicam as normas da Parte Geral do Código Penal.

- - B) são tipificadas apenas condutas comissivas.

- - C) não há previsão de delito culposos.**

- - D) são de ação pública incondicionada.

- - E) são sempre apenados com reclusão.

- Art. 228. Deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 desta Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato:

- Pena - detenção de seis meses a dois anos.

- **Parágrafo único. Se o crime é culposo:**

- **Pena - detenção de dois a seis meses, ou multa.**

- JUIZ SUBSTITUTO

- FCC - 2011 – TJ- PE

- QUESTÃO 5

- 

- No que concerne aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, estabelecidos na Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que:

- 

- A) não se aplicam as normas da Parte Geral do Código Penal.

- 

- B) são tipificadas apenas condutas comissivas.

- 

- C) não há previsão de delito culposos.

- 

- D) são de ação pública incondicionada.

- 

- E) são sempre apenados com reclusão.

-

**Art. 227.** Os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada.

- JUIZ SUBSTITUTO

- FCC - 2011 – TJ- PE

- QUESTÃO 5

- - No que concerne aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, estabelecidos na Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que:

- - A) não se aplicam as normas da Parte Geral do Código Penal.

- - B) são tipificadas apenas condutas comissivas.

- - C) não há previsão de delito culposos.

- - D) são de ação pública incondicionada.

- - E) são sempre apenados com reclusão.**

**Os crimes praticados contra a criança e o adolescente são apenados com reclusão, detenção e/ou multa, consoante disposto nos artigos 228, 237, 246 etc.**

•**Art. 228.** Deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 desta Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato:

•**Pena - detenção de seis meses a dois anos.**

•**Art. 237.** Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto:

•**Pena - reclusão de dois a seis anos, e multa.**

•**Art. 246.** Impedir o responsável ou funcionário de entidade de atendimento o exercício dos direitos constantes nos incisos II, III, VII, VIII e XI do art. 124 desta Lei:

•**Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.**

- JUIZ SUBSTITUTO

- FCC - 2014 – TJ- CE

- 

- QUESTÃO 1

- 

- A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança prevê, dentre suas disposições, o direito:

- 

- A) à adoção internacional como meio de cuidado de crianças, não a condicionando à ausência de atendimento adequado em seu país de origem.**

- 

- B) à concessão de benefícios pertinentes, exceto quando relativos à previdência social.

- 

- C) de incentivo aos órgãos de comunicação a levar em conta as necessidades linguísticas da criança que pertencer à minoria, salvo as indígenas, que têm regramento internacional próprio.

- 

- D) de ser considerada criança, para aplicação da norma internacional, pessoa até os 21 (vinte e um) anos de idade.

- 

- E) de liberdade de reunião pacífica, inclusive da liberdade de associação.

## •Artigo 21

•

•Os Estados Partes que reconhecem ou permitem o sistema de adoção atentarão para o fato de que a consideração primordial seja o interesse maior da criança. Dessa forma, atentarão para que:

•[...].

•b) a adoção efetuada em outro país possa ser considerada como outro meio de cuidar da criança, no caso em que a mesma não possa ser colocada em um lar de adoção ou entregue a uma família adotiva ou não logre atendimento adequado em seu país de origem;



•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2014 – TJ- CE

•

•QUESTÃO 1

•

•A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança prevê, dentre suas disposições, o direito:

•

•A) à adoção internacional como meio de cuidado de crianças, não a condicionando à ausência de atendimento adequado em seu país de origem.

•

•**B) à concessão de benefícios pertinentes, exceto quando relativos à previdência social.**

•

•C) de incentivo aos órgãos de comunicação a levar em conta as necessidades linguísticas da criança que pertencer à minoria, salvo as indígenas, que têm regramento internacional próprio.

•

•D) de ser considerada criança, para aplicação da norma internacional, pessoa até os 21 (vinte e um) anos de idade.

•

•E) de liberdade de reunião pacífica, inclusive da liberdade de associação.

## •Artigo 26

- 1. Os Estados Partes reconhecerão a todas as crianças o direito de usufruir da previdência social, inclusive do seguro social, e adotarão as medidas necessárias para lograr a plena consecução desse direito, em conformidade com sua legislação nacional.

•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2014 – TJ- CE

•

•QUESTÃO 1

•

•A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança prevê, dentre suas disposições, o direito:

•

•A) à adoção internacional como meio de cuidado de crianças, não a condicionando à ausência de atendimento adequado em seu país de origem.

•

•B) à concessão de benefícios pertinentes, exceto quando relativos à previdência social.

•

•C) de incentivo aos órgãos de comunicação a levar em conta as necessidades linguísticas da criança que pertencer à minoria, salvo as indígenas, que têm regramento internacional próprio.

•

•D) de ser considerada criança, para aplicação da norma internacional, pessoa até os 21 (vinte e um) anos de idade.

•

•E) de liberdade de reunião pacífica, inclusive da liberdade de associação.

## •Artigo 17

•

•Os Estados Partes reconhecem a função importante desempenhada pelos meios de comunicação e zelarão para que a criança tenha acesso a informações e materiais procedentes de diversas fontes nacionais e internacionais, especialmente informações e materiais que visem a promover seu bem-estar social, espiritual e moral e sua saúde física e mental. Para tanto, os Estados Partes:

•[...].

•*d) incentivarão os meios de comunicação no sentido de, particularmente, considerar as necessidades linguísticas da criança que pertença a um grupo minoritário ou que seja indígena;*

•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2014 – TJ- CE

•

•QUESTÃO 1

•

•A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança prevê, dentre suas disposições, o direito:

•

•A) à adoção internacional como meio de cuidado de crianças, não a condicionando à ausência de atendimento adequado em seu país de origem.

•

•B) à concessão de benefícios pertinentes, exceto quando relativos à previdência social.

•

•C) de incentivo aos órgãos de comunicação a levar em conta as necessidades linguísticas da criança que pertencer à minoria, salvo as indígenas, que têm regramento internacional próprio.

•

•**D) de ser considerada criança, para aplicação da norma internacional, pessoa até os 21 (vinte e um) anos de idade.**

•

•E) de liberdade de reunião pacífica, inclusive da liberdade de associação.

## •Artigo 1º

•

•Para efeitos da presente Convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes

•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2014 – TJ- CE

•

•QUESTÃO 1

•

•A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança prevê, dentre suas disposições, o direito:

•

•A) à adoção internacional como meio de cuidado de crianças, não a condicionando à ausência de atendimento adequado em seu país de origem.

•

•B) à concessão de benefícios pertinentes, exceto quando relativos à previdência social.

•

•C) de incentivo aos órgãos de comunicação a levar em conta as necessidades linguísticas da criança que pertencer à minoria, salvo as indígenas, que têm regramento internacional próprio.

•

•D) de ser considerada criança, para aplicação da norma internacional, pessoa até os 21 (vinte e um) anos de idade.

•

•E) de liberdade de reunião pacífica, inclusive da liberdade de associação.

## •Artigo 15

- 

- Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas.

-



## •QUESTÃO 2

- 
- Com relação à autorização para viajar, pode-se afirmar, tomando por base as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, que:

- 
- A) constitui instrumento judicial no exercício da prevenção especial, previsto pelo Estatuto.**

- 
- B) constitui instrumento judicial de prevenção geral, previsto pelo Estatuto.

- 
- 
- C) será dispensada quando se tratar de viagem ao exterior de adolescente acompanhado de um dos pais e autorizado pelo outro, em declaração simples, sem maiores formalidades.

- 
- D) será exigida somente quando a criança estiver desacompanhada dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.

- 
- E) será exigida quando a criança e o adolescente estiverem desacompanhados dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.

**As disposições relativas à autorização para viajar, de criança e adolescente, encontram-se consignadas no Capítulo II que trata da Prevenção Especial, integrante do Título III do ECA.**

## •QUESTÃO 2

- 
- Com relação à autorização para viajar, pode-se afirmar, tomando por base as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, que:
  - 
  - A) constitui instrumento judicial no exercício da prevenção especial, previsto pelo Estatuto.
  - 
  - B) constitui instrumento judicial de prevenção geral, previsto pelo Estatuto.**
  - 
  - C) será dispensada quando se tratar de viagem ao exterior de adolescente acompanhado de um dos pais e autorizado pelo outro, em declaração simples, sem maiores formalidades.
  - 
  - D) será exigida somente quando a criança estiver desacompanhada dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.
  - 
  - E) será exigida quando a criança e o adolescente estiverem desacompanhados dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.

• Com relação à autorização para viajar, pode-se afirmar, tomando por base as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, que:

- 
- A) constitui instrumento judicial no exercício da prevenção especial, previsto pelo Estatuto.
- 
- B) constitui instrumento judicial de prevenção geral, previsto pelo Estatuto.

•

**C) será dispensada quando se tratar de viagem ao exterior de adolescente acompanhado de um dos pais e autorizado pelo outro, em declaração simples, sem maiores formalidades.**

- 
- D) será exigida somente quando a criança estiver desacompanhada dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.
- 
- E) será exigida quando a criança e o adolescente estiverem desacompanhados dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.

•Art. 84. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente:

•I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;

•II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

• Com relação à autorização para viajar, pode-se afirmar, tomando por base as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, que:

- 
- A) constitui instrumento judicial no exercício da prevenção especial, previsto pelo Estatuto.
- 
- B) constitui instrumento judicial de prevenção geral, previsto pelo Estatuto.

•

C) será dispensada quando se tratar de viagem ao exterior de adolescente acompanhado de um dos pais e autorizado pelo outro, em declaração simples, sem maiores formalidades.

•

**• D) será exigida somente quando a criança estiver desacompanhada dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.**

•

• E) será exigida quando a criança e o adolescente estiverem desacompanhados dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.

**A autorização judicial só não será exigida nos casos elencados no artigo 83, parágrafo 1º do ECA, podendo ser dispensada nos casos do artigo 84 do mesmo estatuto.**

- **Art. 83.** Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.

- **§ 1º A autorização não será exigida quando:**

- a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
- b) a criança estiver acompanhada:
  - 1) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;
  - 2) de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

• Com relação à autorização para viajar, pode-se afirmar, tomando por base as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, que:

- 
- A) constitui instrumento judicial no exercício da prevenção especial, previsto pelo Estatuto.
- 

- B) constitui instrumento judicial de prevenção geral, previsto pelo Estatuto.
- 

C) será dispensada quando se tratar de viagem ao exterior de adolescente acompanhado de um dos pais e autorizado pelo outro, em declaração simples, sem maiores formalidades.

- 
- D) será exigida somente quando a criança estiver desacompanhada dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.
- 

**•) E será exigida quando a criança e o adolescente estiverem desacompanhados dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.**



• **Art. 83.** Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.

• **§ 1º** A autorização não será exigida quando:

• a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;

• b) a criança estiver acompanhada:

• 1) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;

• 2) de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

• **§ 2º** A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

• **Art. 84.** Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente:

• I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;

• II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

• **Art. 85.** Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

### •QUESTÃO 3

- 
- Com relação à medida socioeducativa de internação, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que:
- 
- A) deverá ser cumprida em estabelecimento que mantenha atividades pedagógicas, salvo no caso da internação provisória e da internação-sanção.**
- 
- B) o adolescente a ela submetido poderá peticionar diretamente a qualquer autoridade.
- 
- C) será aplicada quando o adolescente não conseguir cumprir a medida de semiliberdade imposta, em razão da ausência de respaldo familiar.
- 
- D) pode ser determinada em razão do descumprimento injustificado e reiterado de medida anteriormente imposta, com duração de até seis meses.
- 
- E) pode ser determinada em razão de reiteração no cometimento de outras infrações graves, desde que a prática atual tenha sido praticada com violência ou grave ameaça à pessoa.

•**Art. 123.** A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

•**Parágrafo único.** Durante o período de internação, **inclusive provisória**, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

- Com relação à medida socioeducativa de internação, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que:
  - 
  - A) deverá ser cumprida em estabelecimento que mantenha atividades pedagógicas, salvo no caso da internação provisória e da internação-sanção.
  - 
  - **B) o adolescente a ela submetido poderá peticionar diretamente a qualquer autoridade.**
  - 
  - C) será aplicada quando o adolescente não conseguir cumprir a medida de semiliberdade imposta, em razão da ausência de respaldo familiar.
  - 
  - D) pode ser determinada em razão do descumprimento injustificado e reiterado de medida anteriormente imposta, com duração de até seis meses.
  - 
  - E) pode ser determinada em razão de reiteração no cometimento de outras infrações graves, desde que a prática atual tenha sido praticada com violência ou grave ameaça à pessoa.

**Art. 124.** São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

*II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;*

- Com relação à medida socioeducativa de internação, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que:
  - 
  - A) deverá ser cumprida em estabelecimento que mantenha atividades pedagógicas, salvo no caso da internação provisória e da internação-sanção.
  - 
  - B) o adolescente a ela submetido poderá peticionar diretamente a qualquer autoridade.
- **C) será aplicada quando o adolescente não conseguir cumprir a medida de semiliberdade imposta, em razão da ausência de respaldo familiar.**
  - 
  - D) pode ser determinada em razão do descumprimento injustificado e reiterado de medida anteriormente imposta, com duração de até seis meses.
  - 
  - E) pode ser determinada em razão de reiteração no cometimento de outras infrações graves, desde que a prática atual tenha sido praticada com violência ou grave ameaça à pessoa.

## ***ATENÇÃO!***

**NÃO HÁ PREVISÃO LEGAL PARA A APLICAÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO QUANDO O ADOLESCENTE NÃO CONSEGUIR CUMPRIR A MEDIDA DE SEMILIBERDADE IMPOSTA, EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE RESPALDO FAMILIAR**

- Com relação à medida socioeducativa de internação, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que:
  - 
  - A) deverá ser cumprida em estabelecimento que mantenha atividades pedagógicas, salvo no caso da internação provisória e da internação-sanção.
  - 
  - B) o adolescente a ela submetido poderá peticionar diretamente a qualquer autoridade.
  - 
  - C) será aplicada quando o adolescente não conseguir cumprir a medida de semiliberdade imposta, em razão da ausência de respaldo familiar.
  - 
  - **D) pode ser determinada em razão do descumprimento injustificado e reiterado de medida anteriormente imposta, com duração de até seis meses.**
  - 
  - E) pode ser determinada em razão de reiteração no cometimento de outras infrações graves, desde que a prática atual tenha sido praticada com violência ou grave ameaça à pessoa.



• **Art. 122.** A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

• I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

• II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

• § 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo **não poderá ser superior a 3 (três) meses**, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

- Com relação à medida socioeducativa de internação, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que:
  - 
  - A) deverá ser cumprida em estabelecimento que mantenha atividades pedagógicas, salvo no caso da internação provisória e da internação-sanção.
  - 
  - B) o adolescente a ela submetido poderá peticionar diretamente a qualquer autoridade.
  - 
  - C) será aplicada quando o adolescente não conseguir cumprir a medida de semiliberdade imposta, em razão da ausência de respaldo familiar.
  - 
  - D) pode ser determinada em razão do descumprimento injustificado e reiterado de medida anteriormente imposta, com duração de até seis meses.
  - 
  - **E) pode ser determinada em razão de reiteração no cometimento de outras infrações graves, desde que a prática atual tenha sido praticada com violência ou grave ameaça à pessoa.**

•**Art. 122.** A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
- II - **por reiteração no cometimento de outras infrações graves;**
- III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

•**OBS:** Na prática de um ato infracional, pode-se internar o adolescente desde que seja cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa. Em se tratando de reiteração no cometimento de outras infrações graves, não se exige que seja cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

•

#### •QUESTÃO 4

•Com relação ao direito à profissionalização e proteção ao trabalho de adolescentes, consta do Estatuto da Criança e do Adolescente:

•

•**A) É vedado o trabalho noturno ao adolescente submetido a regime familiar de trabalho.**

•

•B) As normas de proteção ao trabalho de adolescentes estão reguladas exclusivamente pelo ECA e pela Constituição Federal.

•

•C) O programa social que tenha por base o trabalho socioeducativo não poderá estar sob a responsabilidade de entidade governamental, mas somente não governamental sem fins lucrativos.

•

•D) O adolescente aprendiz, maior de catorze anos, tem assegurado os direitos trabalhistas, afastando-se os previdenciários em razão da natureza do serviço.

•

•E) O adolescente que mantiver participação na venda de produtos originários de seu trabalho perderá a condição de trabalho educativo de sua atividade.

•

• **Art. 67.** Ao adolescente empregado, aprendiz, **em regime familiar de trabalho**, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

• I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

#### •QUESTÃO 4

•Com relação ao direito à profissionalização e proteção ao trabalho de adolescentes, consta do Estatuto da Criança e do Adolescente:

•A) É vedado o trabalho noturno ao adolescente submetido a regime familiar de trabalho.

•  
•**B) As normas de proteção ao trabalho de adolescentes estão reguladas exclusivamente pelo ECA e pela Constituição Federal.**

•C) O programa social que tenha por base o trabalho socioeducativo não poderá estar sob a responsabilidade de entidade governamental, mas somente não governamental sem fins lucrativos.

•D) O adolescente aprendiz, maior de catorze anos, tem assegurado os direitos trabalhistas, afastando-se os previdenciários em razão da natureza do serviço.

•E) O adolescente que mantiver participação na venda de produtos originários de seu trabalho perderá a condição de trabalho educativo de sua atividade.

**Art. 61.** A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

#### •QUESTÃO 4

•Com relação ao direito à profissionalização e proteção ao trabalho de adolescentes, consta do Estatuto da Criança e do Adolescente:

•A) É vedado o trabalho noturno ao adolescente submetido a regime familiar de trabalho.

•B) As normas de proteção ao trabalho de adolescentes estão reguladas exclusivamente pelo ECA e pela Constituição Federal.

•C) O programa social que tenha por base o trabalho socioeducativo não poderá estar sob a responsabilidade de entidade governamental, mas somente não governamental sem fins lucrativos.

•D) O adolescente aprendiz, maior de catorze anos, tem assegurado os direitos trabalhistas, afastando-se os previdenciários em razão da natureza do serviço.

•E) O adolescente que mantiver participação na venda de produtos originários de seu trabalho perderá a condição de trabalho educativo de sua atividade.



•**Art. 68.** O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de **entidade governamental** ou **não-governamental** sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

•§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

•§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

#### •QUESTÃO 4

•Com relação ao direito à profissionalização e proteção ao trabalho de adolescentes, consta do Estatuto da Criança e do Adolescente:

•A) É vedado o trabalho noturno ao adolescente submetido a regime familiar de trabalho.

•B) As normas de proteção ao trabalho de adolescentes estão reguladas exclusivamente pelo ECA e pela Constituição Federal.

•C) O programa social que tenha por base o trabalho socioeducativo não poderá estar sob a responsabilidade de entidade governamental, mas somente não governamental sem fins lucrativos.

•**D) O adolescente aprendiz, maior de catorze anos, tem assegurado os direitos trabalhistas, afastando-se os previdenciários em razão da natureza do serviço.**

•E) O adolescente que mantiver participação na venda de produtos originários de seu trabalho perderá a condição de trabalho educativo de sua atividade.

**Art. 65.** Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

#### •QUESTÃO 4

•Com relação ao direito à profissionalização e proteção ao trabalho de adolescentes, consta do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- 
- A) É vedado o trabalho noturno ao adolescente submetido a regime familiar de trabalho.
- 
- B) As normas de proteção ao trabalho de adolescentes estão reguladas exclusivamente pelo ECA e pela Constituição Federal.
- 
- C) O programa social que tenha por base o trabalho socioeducativo não poderá estar sob a responsabilidade de entidade governamental, mas somente não governamental sem fins lucrativos.
- 
- D) O adolescente aprendiz, maior de catorze anos, tem assegurado os direitos trabalhistas, afastando-se os previdenciários em razão da natureza do serviço.
- 
- E) O adolescente que mantiver participação na venda de produtos originários de seu trabalho perderá a condição de trabalho educativo de sua atividade.**

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

**§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.**

## •QUESTÃO 5

- 
- Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida, segundo a Lei nº 12.594/12:
- 
- A) credenciar orientadores de medida, após seleção pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.**
- 
- B) sofrer impugnação do programa através de procedimento administrativo instaurado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 
- C) delegar a supervisão dos programas ao Conselho Tutelar.
- 
- D) comunicar, semestralmente, o rol de orientadores credenciados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- 
- E) encaminhar relatório do educando, solicitando a substituição da medida socioeducativa em curso, quando autorizado pelo juiz competente.
-

**Art. 13, I.** Não há qualquer participação do Conselho Municipal na escolha dos orientadores para programa de atendimento. ***A escolha cabe exclusivamente a direção do programa.***

## •QUESTÃO 5

- 
- Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida, segundo a Lei nº 12.594/12:
- 
- A) credenciar orientadores de medida, após seleção pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 
- B) sofrer impugnação do programa através de procedimento administrativo instaurado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.**
- 
- C) delegar a supervisão dos programas ao Conselho Tutelar.
- 
- D) comunicar, semestralmente, o rol de orientadores credenciados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- 
- E) encaminhar relatório do educando, solicitando a substituição da medida socioeducativa em curso, quando autorizado pelo juiz competente.
-



•**Art. 14.** Incumbe ainda à direção do programa de medida de prestação de serviços à comunidade selecionar e credenciar entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres, bem como os programas comunitários ou governamentais, de acordo com o perfil do socioeducando e o ambiente no qual a medida será cumprida.

•**Parágrafo único.** *Se o Ministério Público impugnar o credenciamento*, ou a autoridade judiciária considerá-lo inadequado, instaurará incidente de impugnação, com a aplicação subsidiária do procedimento de apuração de irregularidade em entidade de atendimento regulamentado na [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 \(Estatuto da Criança e do Adolescente\)](#), devendo citar o dirigente do programa e a direção da entidade ou órgão credenciado.

## •QUESTÃO 5

- 
- Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida, segundo a Lei nº 12.594/12:
- 
- A) credenciar orientadores de medida, após seleção pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 
- B) sofrer impugnação do programa através de procedimento administrativo instaurado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 
- C) delegar a supervisão dos programas ao Conselho Tutelar.**
- 
- D) comunicar, semestralmente, o rol de orientadores credenciados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- 
- E) encaminhar relatório do educando, solicitando a substituição da medida socioeducativa em curso, quando autorizado pelo juiz competente.
-

**Art. 13.** Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida:

IV - supervisionar o desenvolvimento da medida;

## •QUESTÃO 5

- 
- Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida, segundo a Lei nº 12.594/12:
- 
- A) credenciar orientadores de medida, após seleção pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 
- B) sofrer impugnação do programa através de procedimento administrativo instaurado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 
- C) delegar a supervisão dos programas ao Conselho Tutelar.
- 
- D) comunicar, semestralmente, o rol de orientadores credenciados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.**
- 
- E) encaminhar relatório do educando, solicitando a substituição da medida socioeducativa em curso, quando autorizado pelo juiz competente.
-

•**Art. 13.** Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida:

•**Parágrafo único.** O rol de orientadores credenciados deverá ser comunicado, semestralmente, à autoridade judiciária e ao Ministério Público.

## •QUESTÃO 5

- 
- Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida, segundo a Lei nº 12.594/12:
  - 
  - A) credenciar orientadores de medida, após seleção pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
  - 
  - B) sofrer impugnação do programa através de procedimento administrativo instaurado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
  - 
  - C) delegar a supervisão dos programas ao Conselho Tutelar.
  - 
  - D) comunicar, semestralmente, o rol de orientadores credenciados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
  - 
  - E) encaminhar relatório do educando, solicitando a substituição da medida socioeducativa em curso, quando autorizado pelo juiz competente.**
  -

**Art. 13.** Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida:

V - avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida e, *se necessário, propor à autoridade judiciária sua substituição, suspensão ou extinção.*

• Considere o trecho da reportagem publicada no jornal Diário Gaúcho, de 01/05/2015, sob o título “Como o Estado não pôde impedir a morte de Emanuel”:

*Os estágios da proteção: Um menino encontrado em situação de rua é encaminhado ao Conselho Tutelar e outras entidades municipais de acolhimento. O entendimento pode ser pela entrega dele à família ou algum abrigo. A decisão de abrigá-lo, no entanto, cabe ao Judiciário. Se este menino é pego cometendo algum ato infracional, sua punição passa por quatro etapas: advertência, prestação de serviços à comunidade, reparação do dano, semiliberdade e internação. Depois de cometer um roubo a pedestre no Centro, Emanuel foi internado provisoriamente na Fase. Depois de 30 dias, a definição foi de que ele cumpriria medida socioeducativa em semiliberdade em um abrigo de São Leopoldo. O delito cometido por ele, e o seu histórico, não eram passíveis de cumprimento de medida em regime fechado.*

Considerando a leitura do texto à luz da legislação vigente, é correto afirmar:

• **A) a internação provisória, no caso narrado na reportagem, durou trinta dias, mas, segundo a lei vigente, poderia durar até sessenta dias, improrrogáveis.**

• **B) a decisão de abrigar o adolescente, exatamente como diz o texto, cabe em regra ao Judiciário. Todavia, segundo a lei, em situações excepcionais o acolhimento pode ser determinado pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público.**

• **C) a afirmação de que o cometimento de um roubo a pedestre não tornaria o adolescente passível de cumprimento de medida em regime fechado está incorreta, já que, mesmo sendo primário, há previsão legal para aplicação, nessa hipótese, de internação.**

• **D) o texto está correto ao apontar fluxos de atendimento e medidas diferentes para o adolescente que é encontrado em situação de rua e para aquele que é pego cometendo um ato infracional, sendo proibida, segundo o Estatuto da Criança e do adolescente, a permanência em serviços de acolhimento institucional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.**

• **E) se um menino encontrado em situação de rua não concordar em ser levado ao Conselho Tutelar, a lei permite, expressamente, que seja conduzido coercitivamente ao órgão, sem necessidade de ordem judicial prévia.**



•**Art. 108.** A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

•Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

- Considere o trecho da reportagem publicada no jornal Diário Gaúcho, de 01/05/2015, sob o título “Como o Estado não pôde impedir a morte de Emanuel”:

*Os estágios da proteção: Um menino encontrado em situação de rua é encaminhado ao Conselho Tutelar e outras entidades municipais de acolhimento. O entendimento pode ser pela entrega dele à família ou algum abrigo. A decisão de abrigá-lo, no entanto, cabe ao Judiciário. Se este menino é pego cometendo algum ato infracional, sua punição passa por quatro etapas: advertência, prestação de serviços à comunidade, reparação do dano, semiliberdade e internação. Depois de cometer um roubo a pedestre no Centro, Emanuel foi internado provisoriamente na Fase. Depois de 30 dias, a definição foi de que ele cumpriria medida socioeducativa em semiliberdade em um abrigo de São Leopoldo. O delito cometido por ele, e o seu histórico, não eram passíveis de cumprimento de medida em regime fechado.*

Considerando a leitura do texto à luz da legislação vigente, é correto afirmar:

- A) a internação provisória, no caso narrado na reportagem, durou trinta dias, mas, segundo a lei vigente, poderia durar até sessenta dias, improrrogáveis.
- **B) a decisão de abrigar o adolescente, exatamente como diz o texto, cabe em regra ao Judiciário. Todavia, segundo a lei, em situações excepcionais o acolhimento pode ser determinado pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público.**
- C) a afirmação de que o cometimento de um roubo a pedestre não tornaria o adolescente passível de cumprimento de medida em regime fechado está incorreta, já que, mesmo sendo primário, há previsão legal para aplicação, nessa hipótese, de internação.
- D) o texto está correto ao apontar fluxos de atendimento e medidas diferentes para o adolescente que é encontrado em situação de rua e para aquele que é pego cometendo um ato infracional, sendo proibida, segundo o Estatuto da Criança e do adolescente, a permanência em serviços de acolhimento institucional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.
- E) se um menino encontrado em situação de rua não concordar em ser levado ao Conselho Tutelar, a lei permite, expressamente, que seja conduzido coercitivamente ao órgão, sem necessidade de ordem judicial prévia.

•**Art. 93.** As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

•

**Parágrafo único.** Recebida a comunicação, a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público e se necessário com o apoio do Conselho Tutelar local, tomará as medidas necessárias para promover a imediata reintegração familiar da criança ou do adolescente ou, se por qualquer razão não for isso possível ou recomendável, para seu encaminhamento a programa de acolhimento familiar, institucional ou a família substituta, observado o disposto no § 2º do art. 101 desta Lei

- Considere o trecho da reportagem publicada no jornal Diário Gaúcho, de 01/05/2015, sob o título “Como o Estado não pôde impedir a morte de Emanuel”:

*Os estágios da proteção: Um menino encontrado em situação de rua é encaminhado ao Conselho Tutelar e outras entidades municipais de acolhimento. O entendimento pode ser pela entrega dele à família ou algum abrigo. A decisão de abrigá-lo, no entanto, cabe ao Judiciário. Se este menino é pego cometendo algum ato infracional, sua punição passa por quatro etapas: advertência, prestação de serviços à comunidade, reparação do dano, semiliberdade e internação. Depois de cometer um roubo a pedestre no Centro, Emanuel foi internado provisoriamente na Fase. Depois de 30 dias, a definição foi de que ele cumpriria medida socioeducativa em semiliberdade em um abrigo de São Leopoldo. O delito cometido por ele, e o seu histórico, não eram passíveis de cumprimento de medida em regime fechado.*

Considerando a leitura do texto à luz da legislação vigente, é correto afirmar:

- A) a internação provisória, no caso narrado na reportagem, durou trinta dias, mas, segundo a lei vigente, poderia durar até sessenta dias, improrrogáveis.
- B) a decisão de abrigar o adolescente, exatamente como diz o texto, cabe em regra ao Judiciário. Todavia, segundo a lei, em situações excepcionais o acolhimento pode ser determinado pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público.
- **C) a afirmação de que o cometimento de um roubo a pedestre não tornaria o adolescente passível de cumprimento de medida em regime fechado está incorreta, já que, mesmo sendo primário, há previsão legal para aplicação, nessa hipótese, de internação.**
- D) o texto está correto ao apontar fluxos de atendimento e medidas diferentes para o adolescente que é encontrado em situação de rua e para aquele que é pego cometendo um ato infracional, sendo proibida, segundo o Estatuto da Criança e do adolescente, a permanência em serviços de acolhimento institucional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.
- E) se um menino encontrado em situação de rua não concordar em ser levado ao Conselho Tutelar, a lei permite, expressamente, que seja conduzido coercitivamente ao órgão, sem necessidade de ordem judicial prévia.

- Art. 122. A **medida de internação** só poderá ser aplicada quando:
  - I - **tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; (No caso de Roubo, por exemplo)**
  - II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
  - III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- § 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

- Considere o trecho da reportagem publicada no jornal Diário Gaúcho, de 01/05/2015, sob o título “Como o Estado não pôde impedir a morte de Emanuel”:

*Os estágios da proteção: Um menino encontrado em situação de rua é encaminhado ao Conselho Tutelar e outras entidades municipais de acolhimento. O entendimento pode ser pela entrega dele à família ou algum abrigo. A decisão de abrigá-lo, no entanto, cabe ao Judiciário. Se este menino é pego cometendo algum ato infracional, sua punição passa por quatro etapas: advertência, prestação de serviços à comunidade, reparação do dano, semiliberdade e internação. Depois de cometer um roubo a pedestre no Centro, Emanuel foi internado provisoriamente na Fase. Depois de 30 dias, a definição foi de que ele cumpriria medida socioeducativa em semiliberdade em um abrigo de São Leopoldo. O delito cometido por ele, e o seu histórico, não eram passíveis de cumprimento de medida em regime fechado.*

Considerando a leitura do texto à luz da legislação vigente, é correto afirmar:

- A) a internação provisória, no caso narrado na reportagem, durou trinta dias, mas, segundo a lei vigente, poderia durar até sessenta dias, improrrogáveis.
- B) a decisão de abrigar o adolescente, exatamente como diz o texto, cabe em regra ao Judiciário. Todavia, segundo a lei, em situações excepcionais o acolhimento pode ser determinado pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público.
- C) a afirmação de que o cometimento de um roubo a pedestre não tornaria o adolescente passível de cumprimento de medida em regime fechado está incorreta, já que, mesmo sendo primário, há previsão legal para aplicação, nessa hipótese, de internação.
- **D) o texto está correto ao apontar fluxos de atendimento e medidas diferentes para o adolescente que é encontrado em situação de rua e para aquele que é pego cometendo um ato infracional, sendo proibida, segundo o Estatuto da Criança e do adolescente, a permanência em serviços de acolhimento institucional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.**
- E) se um menino encontrado em situação de rua não concordar em ser levado ao Conselho Tutelar, a lei permite, expressamente, que seja conduzido coercitivamente ao órgão, sem necessidade de ordem judicial prévia.

**1ª parte:** INCORRETA. *Não existe esse fluxo: "... Se este menino é pego cometendo algum ato infracional, sua punição passa por quatro etapas: advertência, prestação de serviços à comunidade, reparação do dano, semiliberdade e internação.*

**Pode-se aplicar uma medida somente, ou mais de uma cumulativamente e não segue uma ordem pré-fixada, vai depender do caso concreto.**

**2ª parte:** CORRETA: **Art. 123.** A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

- Considere o trecho da reportagem publicada no jornal Diário Gaúcho, de 01/05/2015, sob o título “Como o Estado não pôde impedir a morte de Emanuel”:

*Os estágios da proteção: Um menino encontrado em situação de rua é encaminhado ao Conselho Tutelar e outras entidades municipais de acolhimento. O entendimento pode ser pela entrega dele à família ou algum abrigo. A decisão de abrigá-lo, no entanto, cabe ao Judiciário. Se este menino é pego cometendo algum ato infracional, sua punição passa por quatro etapas: advertência, prestação de serviços à comunidade, reparação do dano, semiliberdade e internação. Depois de cometer um roubo a pedestre no Centro, Emanuel foi internado provisoriamente na Fase. Depois de 30 dias, a definição foi de que ele cumpriria medida socioeducativa em semiliberdade em um abrigo de São Leopoldo. O delito cometido por ele, e o seu histórico, não eram passíveis de cumprimento de medida em regime fechado.*

Considerando a leitura do texto à luz da legislação vigente, é correto afirmar:

- A) a internação provisória, no caso narrado na reportagem, durou trinta dias, mas, segundo a lei vigente, poderia durar até sessenta dias, improrrogáveis.
- B) a decisão de abrigar o adolescente, exatamente como diz o texto, cabe em regra ao Judiciário. Todavia, segundo a lei, em situações excepcionais o acolhimento pode ser determinado pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público.
- C) a afirmação de que o cometimento de um roubo a pedestre não tornaria o adolescente passível de cumprimento de medida em regime fechado está incorreta, já que, mesmo sendo primário, há previsão legal para aplicação, nessa hipótese, de internação.
- D) o texto está correto ao apontar fluxos de atendimento e medidas diferentes para o adolescente que é encontrado em situação de rua e para aquele que é pego cometendo um ato infracional, sendo proibida, segundo o Estatuto da Criança e do adolescente, a permanência em serviços de acolhimento institucional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.
- **E) se um menino encontrado em situação de rua não concordar em ser levado ao Conselho Tutelar, a lei permite, expressamente, que seja conduzido coercitivamente ao órgão, sem necessidade de ordem judicial prévia.**



***ATENÇÃO!***

***NÃO HÁ ESSA PREVISÃO LEGAL!***

•JUIZ SUBSTITUTO

•FCC - 2015 – TJ- SC

•QUESTÃO 4

•

•João tem 19 anos e cumpre medida socioeducativa de internação há 2 anos e 6 meses pela prática de latrocínio. Em um tumulto havido no centro de internação, a João foi imputada a prática de tentativa de homicídio, razão pela qual é preso em flagrante. Conforme dispõe expressamente a legislação em vigor:

•

•A) considerando que o ato infracional pelo qual João foi internado é mais grave do que o crime a ele imputado, é vedado ao juiz extinguir de plano a medida socioeducativa, devendo aguardar a solução do processo criminal.

•

•B) a prisão em flagrante é descabida, tendo em vista que o jovem já se encontra internado e é presumido inocente em relação à tentativa de homicídio, cabendo ao juiz da Infância, caso libere João futuramente, comunicar o fato ao juiz Criminal, que avaliará eventual interesse em sua custódia cautelar.

•

•C) se João permanecer em prisão cautelar por mais de 6 meses e for impronunciado, sem recurso, não poderá retomar o cumprimento da medida socioeducativa.

•

•D) quando revogada sua prisão cautelar, se João tiver menos de 21 anos, deverá retomar a medida de internação, devendo o juiz, no prazo máximo de 30 dias, à luz de parecer interdisciplinar, avaliar a possibilidade de encerramento da medida socioeducativa.

•

•E) comunicada a prisão do jovem, diante das evidências de fracasso na ressocialização, a medida socioeducativa deve ser extinta pelo juiz da Infância, ficando o jovem sob jurisdição exclusiva da Justiça Criminal.

### •Comentários :

- A- Não será vedado ao juiz extinguir a medida socioeducativa;
- B- No caso de o maior de 18 (dezoito) anos, em cumprimento de medida socioeducativa, responder a processo-crime, caberá à autoridade judiciária decidir sobre eventual extinção da execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente;
- C- João já cumpriu dois anos e meio, portanto faltam 6 meses para que ele complete o prazo de duração máxima da medida de internação;
- D- Não pode a medida ser retomada, mesmo que tenha menos de 21 anos ;
- E- O juiz "**pode**", e não "deve", declarar extinta a medida socioeducativa.
- Artigo 46, §1º, da Lei n. 12.594**: "No caso de o maior de 18 (dezoito) anos, em cumprimento de medida socioeducativa, responder a processo-crime, caberá à autoridade judiciária decidir sobre eventual extinção da execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente".

***Art. 121, parágrafo 3º e 5º, do ECA:***

**Art. 121.** A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a 3 anos.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

• **LEI 12.594/2012 – SINASE.**

• **Art. 46.** A medida socioeducativa será declarada extinta:

- I - pela morte do adolescente;
  - II - pela realização de sua finalidade;
  - III - pela aplicação de pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, em execução provisória ou definitiva;
  - IV - pela condição de doença grave, que torne o adolescente incapaz de submeter-se ao cumprimento da medida; e
  - V - nas demais hipóteses previstas em lei.
- § 1º No caso de o maior de 18 (dezoito) anos, em cumprimento de medida socioeducativa, responder a processo-crime, caberá à autoridade judiciária decidir sobre eventual extinção da execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente.
- § 2º Em qualquer caso, o tempo de prisão cautelar não convertida em pena privativa de liberdade deve ser descontado do prazo de cumprimento da medida socioeducativa.